



MINISTÉRIO DO TURISMO
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS E PREGOEIROS

Esplanada dos Ministérios, Bloco, 2º/3º andar, Brasília/DF, CEP 70065-900

Telefone: - www.turismo.gov.br

RESPOSTAS AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO Nº 16

Processo nº 72031.004154/2020-76

Pregão Eletrônico nº 10/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra de Secretariado-Executivo, Secretariado-Executivo Bilíngue e Técnico(a) em Secretariado a serem executados nas dependências do Ministério do Turismo e em outros imóveis que venham a ser ocupados pelo Órgão, em Brasília – DF (Grupo 1) e Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra de Assistente Administrativo, Recepcionista, Almoxarife e Contínuo, a serem executados nas dependências do Ministério do Turismo e em outros imóveis que venham a ser ocupados pelo Órgão, em Brasília – DF (Grupo 2), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Trata-se de reposta aos pedidos de esclarecimentos referentes ao Edital de Pregão Eletrônico nº 10/2020.

Considerando os esclarecimentos que tratam das condições editalícias dispostas no Termo de Referência, a Pregoeira submeteu o assunto à área técnica demandante para análise e manifestação da área técnica responsável pela realização dos estudos e definição da forma de contratação.

Conforme previsto no § 2º do art. 23 do Decreto nº 10.024, de 2019, as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

São apresentados os seguintes questionamentos seguidos das respectivas respostas:

1. Existe alguma empresa prestando esses serviços atualmente no órgão? Caso SIM, qual empresa?

Resposta: Atualmente este Ministério tem celebrado com a empresa RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, CNPJ/MF sob o nº 06.350.074/0001-34, a prestação de “serviço de secretariado para atender as necessidades das unidades do Ministério do Turismo, de forma continuada, por demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos”. Para os serviços agrupados no lote 02 do presente edital, esta Pasta Ministerial firmou com a empresa VISÃO ADMINISTRAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.708.458/0001-62 a “prestação de serviços de apoio às atividades administrativas, por demanda, a serem executados de forma contínua, no âmbito do Ministério do Turismo, de recepcionistas, Office Boy/Contínuo e encarregado geral conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos”.

2. A empresa deverá utilizar-se exatamente os percentuais de encargos propostos na CCT? Se não utilizar exatamente os encargos será desclassificada?

Resposta: Não. Considerando o art. 6º da IN SEGES/MP n. 05/2017, "a Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. Sendo assim, não será desclassificada a licitante que apresentar um percentual inferior ao informado na CCT, desde que a empresa não possua irregularidade e esteja de acordo com as obrigações trabalhistas.

3. A CCT da categoria, estipula os percentuais mínimos de encargos sociais (exceto o item SAT que vai de acordo com o RAT de cada empresa), visando preservar a dignidade do trabalho, criar condições próprias e eficientes à realização dos serviços prestados e assegurar os benefícios diretos dos trabalhadores, conforme acórdão TCU nº. 775/2007, deste modo questionamos, se as Empresas que cotarem encargos sociais com Percentual diferente dos expostos na CCT da categoria serão desclassificadas?

Resposta: Não. Considerando o art. 6º da IN SEGES/MP n. 05/2017, "a Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. Sendo assim, não será desclassificada a licitante que apresentar um percentual inferior ao informado na CCT, desde que a empresa não possua irregularidade e esteja de acordo com as obrigações trabalhistas.

4. No Termo de Referência informa que o local onde os serviços serão prestados será localizada na Esplanada dos Ministérios - Bloco "U" e Bloco "B", no Edifício Venâncio e em outros imóveis que venham a ser ocupados pela CONTRATANTE, em Brasília-DF. Contudo informa que o controle de frequência será por ponto eletrônico. Pergunta: Quantos pontos eletrônico deverão ser cotados?

Resposta: De acordo com o item 5.12 do edital: "Deverão ser previstos dispositivos para o controle da jornada de trabalho em todos os locais onde forem prestados os serviços objeto deste Termo de Referência, respeitados os seguintes quantitativos mínimos:" "Dispositivos até 100 funcionários Mínimo de 01 dispositivo por local de trabalho acima de 100 funcionários 01 dispositivo a cada 100 funcionários". De acordo com o item 5.13: "Poderá ser utilizado sistema alternativo eletrônico (do ponto Registrador Eletrônico de Ponto - REP) para o controle de jornada de trabalho mediante autorização na Convenção Coleta de Trabalho, e desde que respeitados os normativos vigentes".

5. Em atenção ao PARECER n. 0000412017/CPLCIPGF/AGU, de 27/03/2017, disponível em http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/238680, nas mesmas palavras daquela manifestação: "72. Na espécie, além de se tratar de um custo reputado ilegal, não sendo o benefício do plano de Saúde obrigatório e indispensável à contratação dos empregados, nos termos da própria CCT, não se mostra possível à Administração, conseqüentemente, contemplá-lo na composição dos custos mínimos obrigatórios da planilha estimativa da licitação. Também não é dado aos licitantes, pelos mesmos fundamentos, cotá-los em suas planilhas e propostas de preços, nem à Administração aceitar tais propostas." O órgão prevê o pagamento de Plano de Saúde? Deverá ser cotado obrigatoriamente o plano de saúde previsto na convenção coletiva? Se não cotar será desclassificada?

Resposta: A Administração, durante o curso de planejamento da licitação, tomou conhecimento do PARECER Nº 15/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU que, em suma, conclui pela ilegalidade acerca da estipulação em Convenção Coletiva de Trabalho do custeio de Plano de Saúde com oneração exclusiva da

Administração Pública tomadora do serviço, e beneficiando apenas à categoria de empregados terceirizados desta. O referido Parecer foi objeto de reanálise pela Câmara Permanente Licitações e Contratos Administrativos da Advocacia-Geral da União que exarou o Parecer n. 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, ratificando o entendimento anterior, conforme pode ser constatado nos trechos abaixo transcritos:

[...]

"Na espécie, além de se tratar de um custo reputado ilegal, não sendo o benefício do plano de saúde obrigatório e indispensável à contratação dos empregados, nos termos da própria CCT, não se mostra possível à Administração, consequentemente, contemplá-lo na composição dos custos mínimos obrigatórios da planilha estimativa da licitação. Também não é dado aos licitantes, pelos mesmos fundamentos, cotá-los em suas planilhas e propostas de preços, nem à Administração aceitar tais propostas."

Contudo, caso tais benefícios sejam estendidos a todos os contratos, e não somente aos contratos com a administração pública, os mesmo serão deferidos na proposta.

Caso contrário e baseada nos pareceres acima apresentados, a autoridade deste Órgão condicionará a adjudicação do objeto licitado à retirada do aludido item.

Extensivo por analogia aos demais benefícios semelhantes. Contudo, caso tais benefícios sejam estendidos a todos os contratos, e não somente aos contratos com a administração pública, os mesmo serão deferidos na proposta.

6. Em relação aos outros benefícios, odontológico e funeral, deverá ser cotado obrigatoriamente? Se não cotar será desclassificada?

Resposta: O entendimento relativo ao plano de saúde é extensivo por analogia aos demais benefícios semelhantes.

7. Será necessário de um preposto fixo?

Resposta: De acordo com o item 5.30 do Anexo I – Termo de Referência, do presente edital, o Preposto não necessitará permanecer em tempo integral no local de prestação do serviço, no entanto, quando solicitado pela Administração o Preposto deverá comparecer ao local de prestação de serviço.

8. O preposto terá figura apenas de acompanhamento contratual, sendo necessário comparecer, eventualmente ao local de trabalho?

Resposta: O Preposto não necessitará permanecer em tempo integral no local de prestação do serviço, no entanto, quando solicitado pela Administração o Preposto deverá comparecer ao local de prestação de serviço.

9. O preposto poderá ser um dos profissionais que atenderá o escopo contratual?

Resposta: De acordo com o item 5.29 do Anexo I – Termo de Referência, do presente edital, "Na designação do Preposto é vedada a indicação dos próprios funcionários (responsáveis pela prestação dos serviços junto à CONTRATANTE) para o desempenho de tal função."

10. Algum colaborador faz jus ao adicional de periculosidade ou insalubridade? Caso sim, qual o grau a ser cotado nas planilhas de custo?

Resposta: Os funcionários não farão jus a adicional de periculosidade ou insalubridade.

11. Caso algum colaborador tenha adicional de insalubridade, a mesma deverá ser cotada nas planilhas de custo?

Resposta: Os funcionários não farão jus a adicional de periculosidade ou insalubridade.

12. Em caso de afirmação da pergunta acima, de acordo com a Lei nº 5.452 (CLT) ao qual informa que a insalubridade deverá ser calculada sobre o salário mínimo. Questionamos a Vossa Senhoria se a empresa que cotar sobre o salário mínimo, será desclassificada?

Resposta: Os funcionários não farão jus a adicional de insalubridade.

15. Ha previsão de adicional noturno?

Resposta: Conforme Termo de Referência, não há provisão para Adicional Noturno.

16. Há previsão de hora extra? Caso SIM, será feito compensação na semana?

Resposta: Conforme Planilha de Custos e Termo de Referência não há previsão e hora extra.

17. Pode participar só de um item ou é obrigatório participar dos dois itens?

Resposta: Vide item 1.2 do Edital.

18. Qual o horário de trabalho dos turnos?

Resposta: De acordo com o item 5.8. do Anexo I – Termo de Referência: "Os serviços serão prestados no horário compreendido entre às 07h e 20 horas, de segunda a sexta-feira, perfazendo uma jornada de 44 horas semanais."

19. Para a jornada de 44 horas semanais, existirá jornadas aos sábados?

Resposta: De acordo com o item 5.8. do Anexo I – Termo de Referência: "Os serviços serão prestados no horário compreendido entre às 07h e 20 horas, de segunda a sexta-feira, perfazendo uma jornada de 44 horas semanais."

20. Poderia fornecer a planilha de custo em Excel?

Resposta: As planilhas forma disponibilizadas no endereço: <http://www.turismo.gov.br/licitacoes/13583-pregao-eletronico-n-10-2020.html>

Marina Bittencourt de Oliveira Angarten

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Marina Bittencourt de Oliveira Angarten, Pregoeiro(a)**, em 09/07/2020, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **0558558** e o código CRC **7C526E0B**.